

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

FINANCING YOUTH AND ADULT EDUCATION

Paulo Roberto Nogueira
Silva¹

RESUMO

O presente estudo investiga em uma perspectiva teórica e interpretativa como ocorre o processo de financiamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), através do ciclo de política pública distributiva. Utilizamos a pesquisa bibliográfica para dar o aporte na construção da escrita do trabalho. Autores como Gil (2002) mostram que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Nesse viés, analisamos como ocorre o financiamento da EJA e as políticas de estabilização monetária e de ajuste do gasto social público, nas escolas brasileiras. Trata-se de uma pesquisa social, de abordagem qualitativa, que põe em evidência o financiamento da Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: EJA; Financiamento; política pública distributiva; Escolas brasileiras.

ABSTRACT

The present study investigates, from a theoretical and interpretative perspective, how the process of financing Youth and Adult Education (EJA) occurs, through the distributive public policy cycle. We used bibliographical research to contribute to the construction of the writing of the work. Authors such as Gil (2002) show that the main advantage of bibliographical research resides in the fact that it allows the investigator to cover a much broader range of phenomena than the one that could be researched directly. In this bias, we analyze how the financing of EJA and monetary stabilization policies and adjustment of public social spending occur in Brazilian schools. It is a social research, with a qualitative approach, which highlights the financing of Youth and Adult Education.

Keywords: EJA; Financing; Distributive public policy; Brazilian schools.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. E-mail: pnogueirasilva@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se da análise do ciclo de política distributiva que recebe o aporte do orçamento público, contemplando ações para ofertar os serviços à população, por meio da máquina do Estado brasileiro, através de políticas públicas de cunho social. Neste viés, analisamos a Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino que foi criada para ofertar aos jovens, aos adultos e também aos idosos a escolarização para aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

É ofertada aos alunos a partir de 15 anos para o Ensino Fundamental e a partir de 18 anos para o Ensino Médio, com o objetivo de proporcionar o acesso à educação às pessoas que por motivos diversos, não concluíram seus estudos em nível de educação básica na idade certa, e também uma porta de reingresso de alunos que evadiram da escola em anos anteriores. Verificamos a busca por políticas públicas para dar o aporte a EJA, ao longo dos últimos anos, a fim de assegurar o direito à educação, previsto na Constituição Federal de 1988. Diante dessa perspectiva surge a questionamento: De que forma as políticas públicas distributivas podem contribuir para assegurar o direito dos alunos na continuidade de seus estudos?

Partindo do pressuposto de que, de acordo com a Constituição Federal (CF - 1988, art. 205) “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, buscamos o aporte de políticas públicas para a oferta da educação”. Para Martins (2010, p. 499, *apud*, Silva, 2018, p. 2) “o financiamento da educação é um dos pilares das políticas públicas em educação, um instrumento de sua realização, mas ao mesmo tempo é também uma política pública social setorial, que merece espaço próprio de estudo”. No Brasil, a Constituição Federal, as Constituições Estaduais, além das Leis Orgânicas dos Municípios definem claramente as fontes de financiamento da educação.

Este estudo se justifica e torna-se relevante por se tratar de uma investigação que busca registrar o processo de financiamento da EJA, que é uma modalidade de ensino ofertada para alunos que não tiveram a escolarização na idade própria, e que devem estar inseridos no processo de educação, com igualdade de condições para a progressão nos estudos. Para tanto, elegemos como objetivos: analisar como ocorre o financiamento da EJA e as políticas de estabilização monetária e de ajuste do gasto social público nas escolas brasileiras.

Por fim, interessa neste estudo a busca por políticas públicas de financiamento para subsidiar a EJA, com a ampliação dos recursos para ofertar ao público atendido por ela, uma educação mais igualitária.

METODOLOGIA

Para estudarmos o financiamento da Educação de Jovens e Adultos - EJA, utilizamos o aporte da pesquisa bibliográfica, que visa aprimorar e atualizar o conhecimento através de uma investigação científica de obras já publicadas. Neste sentido, buscamos o aporte de autores que discutem acerca das políticas públicas. Mainardes (2006) pontua que o ciclo de política

“traz várias contribuições para a análise de políticas, uma vez que o processo político é entendido como multifacetado”. O autor cita ainda que “o ciclo de política é dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro, o que possibilita uma visão de forma não linear da política que está sendo alvo de estudo”. Lima e Gomes (2020) enfatizam que

a política pública tem origem no Estado e como fim a escola, seguindo uma linearidade, ou seja, uma sequência contínua de ações sem levar em conta o contexto escolar, ou uma verticalidade, em que as decisões são tomadas em níveis hierárquicos superiores e impostas aos outros níveis (LIMA e GOMES, 2020, p. 2)

De acordo com Lima e Gomes, a educação deve ser pensada como direito de todos e dever do Estado e da família, de acordo com a CF (1988). O financiamento da EJA deve pautar pela oferta de uma educação que além de dar o acesso à educação, mas também a permanência dos alunos na escola, buscando conseguir recursos oriundos do erário público a fim de subsidiar a educação para este público que necessita de mais atenção, pelo fato de não ter tido a oferta da educação na idade própria. A oferta da educação para o público da EJA ficou a cargo dos municípios e dos Estados que sofreram pressões por parte da sociedade para atender a demanda. Volpe (2013) relata que “por imposição legal e pressão social, os municípios passaram a atender a população jovem e adulta oferecendo, sobretudo, os anos iniciais da escolarização básica. A pressão ocorreu por diversos movimentos da sociedade civil e movimentos sociais”. Neste viés, pensar a educação como prioridade, como direito garantido pela CF (1988) e que a educação para o público da EJA deve ser ofertada com qualidade, garantindo dessa forma uma equidade na educação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisamos que a EJA vem recebendo recursos públicos oriundos, sobretudo, das receitas de impostos coletados nos âmbitos estadual, municipal e recursos da União, previstos na Lei 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB em regime de colaboração entre os entes federados. Percebemos que os investimentos são distribuídos entre os municípios que ofertam a modalidade de ensino para o Ensino Fundamental, EJA I (1º e 2º) anos, (3º e 4º) anos e para a EJA II (6º e 7º) anos e (8º e 9º) anos e para os Estados que ofertam a modalidade para o Ensino Médio (1º e 2º) anos, e (3º) ano.

Ademais, percebemos também que os entes federados, sobretudo, as prefeituras, através das secretarias municipais, ofertam além do espaço físico das escolas, o transporte escolar, a merenda,

livros didáticos/ou módulos para os alunos, além de uma cesta básica ofertada por unidade letiva, quando o aluno ultrapassa 75% de frequência. Por fim, ressaltamos que a EJA recebe recursos públicos para ofertar aos jovens, adultos e também para os idosos que não tiveram o acesso a escolaridade na idade própria, dando o aporte para estes alunos seguirem na caminhada escolar e na preparação para o mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das problematizações e proposições colocadas neste estudo, concluímos que as perspectivas teóricas metodológicas são cruciais para as discussões acerca do conceito de políticas públicas para a oferta de processos de conversão de intenções políticas em consequências sobre determinados grupos sociais. Pensar a educação como um direito do cidadão e dever do Estado e da família, tendo o poder público a função crucial de criar subsídios para a sua oferta, dessa forma, dando o aporte para uma melhor escolarização para a população. Por fim, buscamos ampliar as discussões acerca da implementação de políticas públicas para uma melhor compreensão sobre os processos de distribuição de recursos públicos que financiam a educação brasileira, sobretudo, a EJA para viabilizar a oferta de uma educação mais igualitária para jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à escolarização na idade própria por motivos diversos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-8-capitulo-8-artigo-231>. Acesso em 28 abr. 2023.

BRASIL. LEI Nº 14.113 DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.113-de-25-de-dezembro-de-2020-296390151>. Acesso em 28 abr. 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

LIMA, V. R.; GOMES, A. C. R. Reforma do Ensino Médio: contexto de influência e de produção do texto político, do percurso ao consignado em lei. *Ensino e Multidisciplinaridade*, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2020.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc., Campinas*, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 28 nov. 2022.

MARTINS, Paulo de Sena. O financiamento da educação básica como política pública. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. RBP AE - v. 26, n.3, p. 497-514, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/19795/1153>>. Acesso em: 13 out 2022.

SILVA, Marta Rosa Farias de Almeida Miranda. **Financiamento em Educação: a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos orçamentos da Bahia.** In: V Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão, 2018, Niterói - RJ. **Anais V CEDUCE.** Campina Grande, PB: Editora Realize, 2018. v. V. 2.

VOLPE, Geruza Cristina Meirelles. O financiamento da educação de jovens e adultos em municípios mineiros no período de 1996 a 2006: até quando migalhas? **Revista Brasileira de Educação** v. 18 n. 54 jul.-set. 2013.